

REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA PROEJA

Elenir de Fátima Cazzarotto Mousquer e Mariglei Severo Maraschin

IF Farroupilha – UFSM

elenirmousquer@yahoo.com.br - marigleism@hotmail.com

RESUMO

O artigo visa discutir, a partir de uma pesquisa documental o histórico de implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade educação de jovens e adultos e as conclusões de uma pesquisa realizada em um Instituto Federal. A fim de alcançar este objetivo, foi realizado um estudo no relatório de pesquisa, observando o histórico dos campus na implantação do PROEJA e as conclusões da pesquisa realizada. Os dados foram analisadas sob o viés de Análise de Conteúdo. Como conclusões o artigo destaca que a instituição tem 6 anos na oferta dos programas na modalidade EJA, envolvendo-se com PROEJA Médio, PROEJA FIC, CERTIFIC e especialização. E, as principais conclusões da pesquisa analisada são a importância de diminuir os índices de evasão, reformular os projetos pedagógicos dos cursos construindo orientações institucionais coletivas, a efetivação de práticas de currículo integrado, a aproximação com os cursos de Licenciatura e a proposição de processos seletivos que privilegiam o conhecimento do curso.

PALAVRAS-CHAVE: PROEJA, políticas públicas, Instituto Federal .

REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA PROEJA

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar essa reflexão precisamos pontuar alguns aspectos do panorama cultural em que estamos inseridos, os quais nos levam a compreender um conjunto de fenômenos que contribui para a ambivalência das políticas educativas oscilando entre o neoliberalismo e as preocupações com justiça, igualdade e equidade social. Ainda consideramos o distanciamento relativo do Estado em relação à educação, a introdução da lógica do mercado e o desenvolvimento das novas tecnologias.

Nessa perspectiva, o atual cenário educacional brasileiro contempla algumas políticas públicas que priorizam a educação profissional e tecnológica, tendo em vista que os trabalhadores tem necessidade de aprimorar-se profissionalmente, visto que, por muito tempo os gestores não se comprometeram em investir no ensino profissionalizante na rede pública, ficando essa possibilidade restrita a rede privada e a ações isoladas na rede pública que abrangia um número muito restrito de estudantes ainda não trabalhadores. Também, pelas exigências emergentes do mundo do trabalho, que hoje requer o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos relativo aos custos e benefícios dos mesmos, priorizando um maior consumo e conseqüentemente um farto lucro.

No entanto, sabemos que os resultados das políticas públicas educacionais também passam pela ação dos docentes e seu desempenho. Atualmente, o trabalho docente representa uma atividade profissional complexa e de alto nível, que exige conhecimentos, habilidades e competências em vários campos: cultura geral e conhecimentos específicos de sua área de atuação, didática e conhecimento dos alunos, de seu ambiente familiar e sociocultural, além de entender das dificuldades de aprendizagem, do sistema escolar e de suas finalidades. Também, da necessidade de estabelecer relação com as demais disciplinas e seus respectivos docentes, das novas tecnologias da comunicação e da informação, habilidade na gestão da classe e nas relações interpessoais, etc.

Esse profissionalismo incorpora as aptidões e as atitudes próprias do docente para buscar novos aportes que fundamentem seu trabalho, que possibilite facilitar a aprendizagem dos alunos, o respeito a eles e a sua diversidade, e aos demais atores desse processo educacional. O que entendemos ser imprescindível a formação continuada, o espírito de abertura para (re)construir seus saberes e fazer o julgamento profissional respeitoso tanto das necessidades dos educandos quanto das exigências da vida escolar e social frente ao trabalho, tendo o mesmo como princípio educativo.

Partindo dessa constatação nos deparamos com as atuais políticas públicas educacionais que implantam programas como o PROEJA e o PROEJA FIC, os quais tem como finalidade propiciar a formação integral de cidadãos que em idade escolar não tiveram a oportunidade do

acesso a educação, hoje direito constitucional. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa documental no relatório de pesquisa do Grupo de Pesquisa GEPEJA – Grupo de Estudos e Pesquisas em PROEJA do Instituto Federal Farroupilha. O presente relatório intitulado Experiências do PROEJA do Instituto Federal Farroupilha foi resultado de uma pesquisa multicampi realizada pelos pesquisadores do grupo e teve como objetivo apresentar investigações e reflexões decorrentes do mapeamento de todas as turmas de PROEJA oferecidas nos *Campi* do Instituto Federal Farroupilha, em seus diferentes níveis. A partir desse mapeamento e das experiências observadas buscou-se criar referenciais para discutir e planejar ações no âmbito das linhas de pesquisa do grupo de Estudos e Pesquisas em PROEJA, que são: formação de professores, currículo integrado, educação prisional e gestão e políticas públicas.

Assim, nesse artigo apresentaremos o histórico de oferta do programa na instituição pesquisada e as conclusões da pesquisa. Iniciaremos apresentando o referencial teórico, o qual nos embasamos para discutir o PROEJA nos Institutos Federais, percorrendo a legislação que institui o programa na rede federal, os seus fundamentos a partir do seu documento base e uma breve discussão sobre políticas para a EJA. Após passarmos a discussão dos dados e por último construiremos reflexões a partir dos dados da pesquisa PROEJA.

2. A POLÍTICA DO PROEJA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

A Educação de Jovens e Adultos desde a LDB 9394/96 e o Parecer 11/2000 assume uma nova posição na esfera educacional. Da mesma forma, os Decretos 5.478/05 e 5840/06 e os Documentos Base do PROEJA, por instituírem a oferta de Educação Profissional integrada a Educação de Jovens e Adultos recuperam o direito dos sujeitos a educação.

Neste contexto, vale destacar também a Lei 11.741 de 16 de julho de 2008, que visa redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica e a Lei 11.892, de 29/12/2008 que cria os IFs que surgiram a partir da rede federal de educação profissional, composta por Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), agrotécnicas e escolas vinculadas às universidades que oferecem uma garantia das ações da Educação Profissional integrem-se preferencialmente com a EJA.

Os Institutos Federais, em lei devem ofertar 50% de suas vagas em Educação Profissional de nível médio e a rede federal deve a partir de 2006 ofertar pelo menos 10% de suas matrículas em cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Por isso, para nós ao perceber a EJA com uma história marcada por programas descontínuos o PROEJA surge como um programa que “mexe” inicialmente na rede federal e depois com os sistemas estaduais e municipais. Estes últimos devido ao projeto PROEJA Formação Inicial e Continuada (FIC) que é uma parceria entre as instituições federais e os municípios para implantação de cursos em nível de ensino profissional. Os municípios ficam a cargo da formação básica e as instituições federais da formação profissional. O PROEJA FIC, a partir de seu edital, possui 4 ações: curso de formação

inicial (que deve ocorrer antes do início das turmas) e continuada para professores, formação profissional, pesquisa e produção de material pedagógico.

Ao destacar o PROEJA Médio e o PROEJA FIC nosso propósito primeiramente é demonstrar as funções requeridas pelo programa, que são de reparadora, equalizadora e qualificadora, demonstrando quais são os objetivos desta política educacional e social, assim como as articulações com o sistema dominante, evidenciando em que medida estas funções pretendem responder às necessidades econômicas e sociais do capitalismo. Para tal, a função reparadora do PROEJA e PROEJA FIC é exercida, segundo o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e o Documento Base do programa, ao afirmar que a EJA corresponde a uma modalidade de ensino e que é dever do Estado garantir o direito de todos à Educação, reparando assim a falha do mesmo anteriormente, em que não propiciou as condições para que esse público-alvo tivesse acesso. Assim, as pessoas envolvidas pela “EJA[...] caracterizam-se por pertencerem a uma população com faixa etária adiantada em relação ao nível de ensino demandando, constituindo um grupo populacional que tem sido reconhecido como integrante da chamada “distorção série-idade”(BRASIL, 2007, p.48).

Nessa lógica, a preocupação com esses excluídos também está evidenciada quando se afirma que na sociedade transformada “[...] a produção coletiva do conhecimento deve estar voltada para a busca de soluções aos problemas das pessoas e das comunidades menos favorecidas na perspectiva da edificação de uma sociedade socialmente justa”(BRASIL, 2007, p. 28).

O PROEJA e o PROEJA FIC se constituem em uma proposição focada nas estratégias definidas pela atual política brasileira, tendo em vista o crescimento econômico e a diminuição da pobreza, conforme indicativo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: “[...] a combinação de crescimento econômico sustentado, mesmo que a taxas não muito elevadas, com políticas sociais focalizadas, conforme discutido a seguir, pode ter efeitos poderosos sobre a redução da pobreza”(LEVY e VILELA, 2006, p. 9).

Desse modo, o PROEJA e o PROEJA FIC podem elevar a escolarização e qualificar essa demanda para sua integração social, ora pelo ingresso no mercado de trabalho formal, ora pelo trabalho informal, suprimindo uma das exigências dos organismos internacionais e do Estado. Mas os referidos programas ainda podem colaborar na função equalizadora, quando reduzirem as desigualdades entre o público desta modalidade de ensino e os que tiveram acesso na idade própria. Portanto, amenizando as desigualdades e não terminando com as mesmas, mas sem dúvida com um papel social muito importante, pois possibilitará alguns sair da pobreza e marginalização.

Já a função qualificadora, segundo o Documento Base do PROEJA,

[...] revela o verdadeiro sentido da EJA, compreendida na perspectiva da formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do trabalho, entendido como elemento fundamental ao processo de omnição de homens e mulheres e de produção cultural (BRASIL, 2007, p. 46).

Nesse sentido, o documento enfoca o trabalho como princípio educativo, no sentido das diversas atividades que o ser humano realiza. Que pode contribuir para a formação do egresso na sua sobrevivência, ora como referência de trabalho, ora de um emprego, ora como fonte de renda. Esse entendimento representa que esses estudantes obterão a formação e a qualificação, isto é, irão além de uma formação profissional técnica. O que conforme o Documento Base

[...] a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007, p. 17).

Constata-se que a qualificação proposta pelo PROEJA e PROEJA FIC tem um diferencial das demais políticas públicas educacionais, pois propõem um trabalho docente integrado, fazendo a integração dos conhecimentos gerais e os profissionalizantes, justificando o Ensino Médio e o profissionalizante e no PROEJA FIC o Ensino Fundamental e o profissionalizante. No intuito de possibilitar adicionar ao que o educando já sabe o acréscimo de novos conhecimentos e a probabilidade de oportunizar outras alternativas no campo profissional, assim como nas suas próprias condições de vida. Assim, corroboramos com Ventura (2008) ao avaliar o PROEJA:

Em relação as potencialidades, destacam-se as estratégias de formação e pesquisa deste programa. O processo envolve a oferta de cursos, tanto sob responsabilidade das instituições assegurando formação continuada em EJA integrada a educação profissional, quanto sob a responsabilidade do MEC, com a previsão de cursos de extensão, de pós-graduação, além do fomento a linhas e núcleos de pesquisa em EJA e educação profissional. (p. 146)

No entanto, destacamos que o programa tem também seus limites, pois colabora com a manutenção da ordem social vigente. Estes programas vão mediando a conciliação entre as classes desfavorecidas e a classe que mantém os meios de produção e os assalariados. E vão garantindo o acesso aos bens socialmente produzidos como consumidores. E o Estado demonstrando que faz em parte o seu papel, ao oferecer oportunidade de acesso a qualificação profissional.

Mas, ainda podemos considerar que nas políticas públicas educacionais pode haver contradições, ora pela forma como a mesma foi proposta, ora pela forma como ocorre a implementação e ora pelas reivindicações dos trabalhadores. Os limites do PROEJA e do PROEJA

FIC estão na própria lógica da sociedade capitalista, que ao serem desenvolvidos escancara essas contradições entre o trabalho e o capital.

Nesta perspectiva, compreendemos que o PROEJA e o PROEJA FIC são programas que trazem benefícios à classe trabalhadora ao permitir o acesso a educação e a profissionalização, tendo em vista que muitas pessoas elevaram o seu nível de escolaridade e hoje estão incluídas no sistema educacional, voltaram a acreditar que é possível “dar uma guinada na vida e evoluir” palavras de um educando que foi aluno do PROEJA FIC e hoje é do PROEJA no IF Farroupilha – Câmpus Júlio de Castilhos.

O problema que observamos é que apesar de acreditarmos na fundamentação do PROEJA e da sua importância para a classe trabalhadora concordamos com Rummert & Ventura (2007) que ainda não dispomos de políticas que superem ações de governo implementadas a partir de objetivos, e critérios discutíveis que se consolidem como políticas de Estado. As políticas de integração da Educação Profissional e a EJA são políticas de governo e no nosso entendimento, atualmente ameaçadas por novas e ambiciosas políticas¹.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Conforme expresso na introdução, os dados analisados neste artigo foram obtidos através da análise documental do relatório de pesquisa “Experiências do PROEJA do Instituto Federal Farroupilha (MARASCHIN ET AL, 2012). A análise compreendeu dois aspectos do relatório: a recuperação do histórico da instituição na oferta do PROEJA e as conclusões da pesquisa. Os dados foram organizados conforme a proposta Análise de Conteúdo da estudiosa francesa Laurence Bardin (2010),

Seguindo os passos dessa abordagem analítica, após a localização no relatório dos pontos a serem discutidos, partiu-se para a pré-análise do material. Esta é a fase da organização propriamente dita, em que se desenvolvem as primeiras intuições sobre os dados coletados, de modo a levar a “um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2010, p.121). A partir da leitura flutuante (BARDIN, 2010), foi possível organizar as respostas em quadros de acordo com as categorias construídas.

A primeira categoria chamamos de histórico do PROEJA que organizamos no quadro seguinte:

1 Falamos do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

QUADRO 1: histórico do PROEJA na instituição

INSTITUIÇÃO	TEMPO	AÇÕES
GERAL	2006-2012	PROEJA MÉDIO PROEJA FIC Especialização CERTIFIC
CÂMPUS 1	2006-2012	PROEJA MÉDIO (2 cursos desde o início os mesmos) PROEJA FIC (5 turmas) Especialização (2 turmas) CERTIFIC (1 perfil)
CÂMPUS 2	2008-2012	PROEJA MÉDIO (2 cursos) PROEJA FIC (3 turmas) Especialização (1 turma) CERTIFIC (1 perfil)
CÂMPUS 3	2010-2012	PROEJA MÉDIO (2 cursos) PROEJA FIC (2 cursos) CERTIFIC (1 perfil)
CÂMPUS 4	2010-2012	PROEJA MÉDIO (1 curso) PROEJA FIC (5 cursos)
CÂMPUS 5	2010-2012	PROEJA MÉDIO (3 cursos) PROEJA FIC (4 turmas) Especialização (1 turma) CERTIFIC (2 perfis)
CÂMPUS 6	2008-2012	PROEJA MÉDIO (1 curso) PROEJA FIC (4 turmas de um curso em cidades diferentes)
CÂMPUS 7	2007-2012	PROEJA MÉDIO (2 cursos) PROEJA FIC (5 turmas de um curso em cidades diferentes) Especialização (1 turma) CERTIFIC (1 perfil)

Percebemos pela organização do quadro que a instituição oferece turmas de PROEJA desde o ano de 2006 e envolveu-se com as diferentes ações – PROEJA Médio, PROEJA FIC, CERTIFIC e Especialização.

Como verificamos que as ações vão desde a formação dos cursos a formação de professores percebemos que a instituição demonstra uma caminhada na efetivação de políticas de Educação Profissional integrada a Educação Básica. Também, vale destacar que pelo próprio relatório a instituição está envolvida com a pesquisa, que é uma das potencialidades do programa conforme verificamos anteriormente no trabalho de tese de Jaqueline Pereira Ventura. (2008)

A segunda categoria refere-se às conclusões da pesquisa, conforme o Quadro 2. verificamos que a pesquisa construiu três grandes subcategorias, as quais foram experiências, necessidades e sugestões.

Das experiências destaca-se o programa PROEJA FIC, que foi o que mais apareceu, tanto pelos cursos como pela oportunidade da pesquisa, pela mobilização das parcerias e pela efetivação do itinerário formativo.

Das necessidades observamos que a pesquisa indicou princípios importantes para pensar turmas de EJA como a preocupação com a essência de trabalhador dos participantes dos cursos e também da discussão de/sobre trabalho no currículo. Também, destacamos a importância da prática ser mais presente nos currículos e a maior integração das licenciaturas com os cursos PROEJA.

Nas sugestões observa-se que a organização e discussão institucional são pontos fortes para a continuidade do programa, pois ao propor parcerias para o PROEJA FIC ou pensar metodologias como a pedagogia da alternância a instituição caminha para o amadurecimento na política. Também, verifica-se o destaque para a continuidade do desenvolvimento de pesquisas no acompanhamento dos processos educação dos trabalhadores.

Ainda gostaríamos de destacar uma parte do relatório que fala dos desafios da instituição:

Assim, a presente pesquisa confirma que os grandes desafios do Instituto Federal Farroupilha são: diminuir os índices de evasão, reformular os projetos pedagógicos dos cursos construindo orientações institucionais coletivas, a efetivação de práticas de currículo integrado, a aproximação com os cursos de Licenciatura e a proposição de processos seletivos que privilegiam o conhecimento do curso (MARASCHIN ET AL, 2012, p. 83).

Nesse sentido, para finalizar a análise dos dados gostaríamos de ressaltar que a pesquisa ora analisada apresenta muitas pistas para pensar o ensino de jovens e adultos nos institutos federais. E essa experiência consagra a tão destacada integração ensino pesquisa. Por isso, vimos como fundamentais a prática de pesquisas no ensino para acompanhar, avaliar e registrar experiências. E, como o PROEJA FIC contemplava esta ação e vimos ela oportunizando frutos gostaríamos de registrar.

Ainda como docentes da rede federal e pesquisadoras da EP e EJA gostaríamos de acrescentar a importância do trabalho de acompanhamento da assistência estudantil, para diminuição dos índices de evasão. Pois, desde que conseguimos oferecer lanche a noite para os alunos do PROEJA e PROEJA FIC contemplamos uma necessidade de vários trabalhadores que do trabalho vem direto para a escola, facilitando seu bem estar, sua presença na instituição e consequentemente seu desempenho, o que não soluciona o problema, mas certamente ajudou a amenizar.

Também registramos nossa convicção da necessidade de reuniões pedagógicas, visto que essas exercem um papel fundamental, pois são espaços privilegiados para promover a participação, oportunizando um espaço/tempo que garanta aos docentes a possibilidade de encontro e planejamento, para suprir as fragilidades do trabalho docente, propor alternativas para suprir as mesmas, para melhor conhecer e entender os discentes e suas necessidades. Também, contemplam a formação continuada dos docentes, no intuito de suprir as lacunas deixadas pela formação inicial. Além de viabilizar a partilha de experiências, as discussões sobre a educação e problematizações sobre todos os aspectos que envolvem a mesma.

Entendemos que a comunidade escolar necessita refletir sobre suas práticas pedagógicas e os resultados obtidos. Por isso, acreditamos na formação de professores que acontece na instituição e o desenvolvimento de pesquisas pelos docentes sobre o ensino e a prática construída. Nesse sentido, urge que a prática pedagógica seja confrontada com as teorias existentes e principalmente, busque o entendimento das mesmas, para solucionar os entraves existentes nas instituições e produzir um fazer pedagógico diferente e mais eficaz.

QUADRO 2: Conclusões da Pesquisa

SUBCATEGORIAS	CONCLUSÕES
EXPERIÊNCIAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. PROEJA FIC. (envolvimento dos professores, baixa evasão dos alunos, a importância das reuniões pedagógicas e a efetivação do currículo integrado) 2. RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL – (através dos processos do PROEJA FIC, da pesquisa, dos encontros PROEJA os cursos vão sendo assumidos na coletividade) 3. VIVÊNCIA DO ITINERÁRIO FORMATIVO 4. PALESTRA DE ESCLARECIMENTO 5. PROJETOS DE EDUCAÇÃO PRISIONAL (que proporcionaram ao Instituto uma boa relação com os municípios e a SUSEPE) 6. TROCA E A PARCERIA COM O GRUPO KAIRÓS DA UFSM, (pois esta fortalece a pesquisa do grupo, bem como possibilita aos mestrados e doutorandos acompanhar as discussões do Instituto. No mesmo sentido, observa-se vários professores e servidores assumindo como objeto de pesquisa em seus mestrados e doutorados o PROEJA e as relações com este Programa)
NECESSIDADES	<p>A importância de considerar que nossos alunos são trabalhadores e por isso precisam ser vistos como tais, bem como trazer o trabalho para discussão do currículo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Olhar os números que a pesquisa traz de matrículas e evasão pela qualidade dos dados e não apenas os índices isolados; - a importância dos currículos privilegiarem a prática, visto que esta exigência é relatada pelos alunos como fundamental para o interesse e aprendizagem dos mesmos; - o repensar dos Estágios nos Cursos, pois se percebe que neste momento muitos alunos evadem; - desenvolver projetos de aproximação, em todos os Campi, dos cursos PROEJA com as licenciaturas;
SUGESTÕES	<p>Propor projetos de PROEJA FIC sem os editais da SETEC, mas atendendo as demandas das comunidades. Para isso, o Instituto precisa pensar uma metodologia e uma organização própria;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propor a pedagogia da alternância em alguns cursos PROEJA; - Propor pesquisas de acompanhamento a Rede CERTIFIC; - Propor reformulações dos projetos de cursos do PROEJA, buscando estrutura organizacional e metodologias que estejam de acordo com a realidade PROEJA e com a experiência adquirida na trajetória de oferta dos cursos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa documental realizada sobre o histórico de implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade educação de jovens e adultos e as conclusões de uma pesquisa realizada em um Instituto Federal e da teoria apresentada percebemos que as políticas de Educação Profissional integrada a EJA são um campo fundamental para pesquisa que pode oportunizar muitas aprendizagens a docentes e futuros docentes. Assim, ao apostar em pesquisa sobre o ensino, e neste caso sobre o PROEJA estamos construindo saberes sobre as necessidades dos trabalhadores, e dos programas ofertados na Rede Federal.

Também, a partir das reflexões construídas neste artigo destacamos a necessidade de (re)pensar a formação do professor do/para o PROEJA, isto é, aproximá-lo do cotidiano dos discentes da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional a reflexão sobre o próprio trabalho docente. Sabemos que muitos professores tem se identificado com a área de EJA e tem se envolvido com pesquisas sobre este lugar. Acreditamos que a partir do histórico construído pela instituição pesquisada e pela experiência acumulada na oferta de diferentes ações é necessário sensibilizar a gestão para se conquistar o espaço-tempo na instituição para vivenciar a formação continuada e o planejamento coletivo dos docentes do PROEJA e PROEJA FIC, para de fato fazer o currículo integrado acontecer como uma experiência de aprendizagens para os discentes e docentes.

Nessa lógica, entendemos que superaremos a fragmentação entre os conhecimentos necessários à inserção dos discentes/docentes no mundo do trabalho (técnica) e aqueles que possibilitam uma compreensão da ciência (teoria), pois os conhecimentos técnicos são comumente compreendidos como necessários ao desempenho de uma determinada atividade laboral, restritos ao saber-fazer. Assim, como os conhecimentos teóricos, desvinculados do fazer, se limitariam ao saber-pensar. No entanto, nessa ótica em que o conhecimento técnico é aquele que tem vinculação com a atividade prática do sujeito e não desvinculado do conhecimento teórico. Esse movimento possibilita a compreensão da ciência como produto e, ao mesmo tempo, como fundamento dessa prática, levando-nos a considerar a indissociabilidade teoria/prática, o que as vezes ainda é um entrave na concepção de muitos, e que prejudica o trabalho educacional. Concordamos com as ideias de Machado (2002, p. 51) ao falar que a EJA precisa superar nas pesquisas o dilema de:

Pretender dar garantias de um direito que foi negado a esses alunos, que é a escolarização básica, mas ao mesmo tempo, levantar uma grande expectativa nos alunos que frequentam os cursos quanto às mudanças que eles esperam no seu cotidiano, principalmente na sua realidade profissional, quando isto não depende apenas da escola. Há ganhos para quem está vivenciando a experiência de voltar para a escola. Há ganhos para quem está vivenciando a experiência de voltar para a escola depois de adulto, mas há também decepções, por esta escola não corresponder a tudo o que se espera dela. Por outro lado, há na trajetória histórica da EJA um desvio nos seus objetivos maiores, quando esta passa a ser uma simples repassadora de certificados de conclusão de níveis de ensino.

Por esses grandes desafios e os desafios apontados na pesquisa de diminuir os índices de evasão, reformular os projetos pedagógicos dos cursos construindo orientações institucionais

coletivas, a efetivação de práticas de currículo integrado, a aproximação com os cursos de Licenciatura e a proposição de processos seletivos que privilegiam o conhecimento do curso é que no nosso entender é primordial os cursos de formação de professores incluírem os conhecimentos sobre a aprendizagem do jovem e adulto, assim como de atividades que permitam aproximar os acadêmicos dos estudantes do PROEJA e PROEJA FIC. Transformar esses momentos em alternativas criativas é um grande desafio e a pesquisa é um excelente espaço para vivenciar esse aprendizado. Podemos verificar isso a partir do material analisado.

5. REFERÊNCIAS

1. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
2. BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 40**. Brasília: MEC, 2009.
3. _____. Ministério da Educação. **Documento Base PROEJA**. Brasília: MEC, 2006.
4. _____. Ministério da Educação. **Documento Base PROEJA -FIC**. Brasília: MEC, 2007.
5. _____. Lei 9394/96 de 20.12.96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília (DF): Diário Oficial da União. nº 248 de 23.12.96.
6. _____. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica, **Parecer Nº 11, de maio de 2000**
7. _____. Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação
8. Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 10 de out. de 2010
9. _____. **Decreto nº 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF
10. _____. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica ao na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF
11. _____. **Lei 11.741** de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
12. LEVY, Paulo Mansur e VILELA, Renato (Orgs.) et alii. **Uma agenda para o crescimento econômico e a redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Novembro de 2006.
13. MACHADO, Z. **O papel das instituições financeiras multilaterais no processo de desenvolvimento**. Porto Alegre: Veraz Editores/CUT, 2002
14. RUMMERT, S. M & VENTURA, J. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, Curitiba/PR: Ed. UFPR, n 29, p. 29-45, jan/jun, 2007
15. VENTURA, Jaqueline Pereira. **Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora?** Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação – Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense, 2008.